

## Transição da Reforma Tributária: Desafios para contribuintes rumo a 2027

A Reforma Tributária aprovada em 2023, cuja regulamentação depende agora da votação dos projetos de leis complementares em tramitação no Congresso Nacional, trouxe mudanças profundas ao sistema tributário brasileiro, com a extinção de tributos tradicionais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) e a sua substituição por outros, em especial a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), além da criação de um novo que é o IS (Imposto Seletivo).

O prazo para a transição entre o antigo e o novo regime fiscal tem uma data-chave: 1º de janeiro de 2027, quando a CBS será integralmente implementada e o PIS/COFINS deixarão de existir. Também é a partir desta data que IS passará a incidir sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Este prazo relativamente curto, considerando que as adaptações começam em 2026, ano durante o qual haverá a cobrança de uma alíquota teste de 1% de IBS (0,1%) e CBS (0,9%) compensável com os tributos PIS e COFINS, coloca grandes desafios para os contribuintes, especialmente em termos de adequação operacional, planejamento tributário e reorganização de sistemas de conformidade fiscal.

### 1. NOVOS TRIBUTOS: CBS E IS

A CBS e o IS são as estrelas do novo sistema tributário para o Governo Federal. A CBS substitui PIS e COFINS, prometendo simplificar a tributação sobre bens, serviços, locação, cessão de direitos, dentre outras hipóteses de incidência, com máxima ampliação da base de tributação. No entanto, as empresas precisarão reorganizar seus sistemas de apuração de tributos, especialmente em setores com regimes diferenciados e com produtos e serviços que terão diferentes alíquotas de tributação.

O IS, por outro lado, trará desafios na definição clara de quais produtos serão tributados, e as empresas terão que lidar com mais uma camada de tributação. Os bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente serão o foco da incidência, mas ainda há discussões sobre a regulamentação efetiva desse imposto.



## 2. DESAFIOS OPERACIONAIS

O principal desafio para as empresas será a adaptação dos seus sistemas operacionais e fiscais. A nova sistemática exige mudanças profundas na forma de calcular os tributos, especialmente porque o recolhimento passará a ser feito no destino, ou seja, no local de consumo, ao invés da origem.

Isso implica na necessidade de reformulação de ERPs, sistemas de controle financeiro e treinamento de equipes para lidar com as novas regras. A CBS será um imposto não cumulativo, e a falta de adaptação tecnológica pode gerar grandes prejuízos, seja pela falta de créditos tributários, seja pela ineficiência na apuração dos débitos.

## 3. FIM DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Outro ponto sensível é o fim gradual de incentivos fiscais concedidos por Estados e Municípios, especialmente sobre o ICMS e o ISS. A partir de 2029 e até 2032, esses tributos serão reduzidos em 1/10 a cada ano, e, em 01/01/2032 haverá a sua completa extinção, sendo substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Os contribuintes que dependem de benefícios fiscais deverão revisar seus planejamentos tributários e buscar formas de compensar eventuais perdas de incentivos com outros mecanismos permitidos pela legislação.

## 4. PROXIMIDADE DO PRAZO E NECESSIDADE DE AÇÃO

Com a data de 1º de janeiro de 2027 se aproximando, mas ainda pendente a reforma tributária da regulamentação que está sendo votada no Congresso Nacional, é altamente recomendável que os contribuintes já comecem ocupar e preocupar em buscar estudar e entender como a reforma tributária poderá lhes atingir, envolvendo seus colaboradores dos departamentos financeiro, fiscal e contábil, a fim de que possam tomar contato com as informações já disponíveis das mudanças que ocorrerão muito em breve.

A revisão de estratégias também já deve ser estudada desde já pensando em otimização da carga tributária dentro da nova realidade que se iniciará a partir de 2027, considerando a exclusão de benefícios fiscais e a chegada de novas alíquotas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para o novo sistema tributário traz desafios significativos, que exigem planejamento e ação antecipada por parte das empresas. A falta de preparação pode gerar impactos financeiros severos, além de complicações operacionais na adaptação às novas regras de apuração e recolhimento dos tributos. A proximidade da data de 2027 destaca a urgência de uma reestruturação fiscal bem planejada, especialmente em setores que dependem de incentivos fiscais regionais e setoriais, e nos quais a CBS e o IBS trarão mudanças profundas na maneira de calcular e recolher tributos.

Este período de transição será desafiador, mas com uma gestão adequada, as empresas podem minimizar os impactos e se posicionar de forma competitiva no novo cenário tributário.

